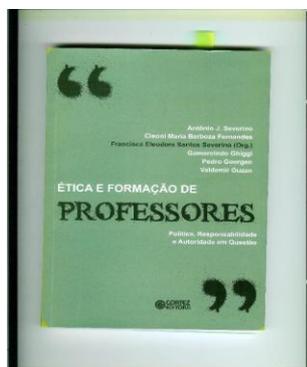

ÉTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: política, responsabilidade e autoridade em questão

Daniela Patti do Amaral^(*)



No prefácio do livro *Ética e formação de professores: política, responsabilidade e autoridade em questão* é destacada a necessidade de se distinguir entre a valorização discursiva e a valorização efetiva da educação como fator de desenvolvimento. Alerta o leitor, com muita propriedade, que os políticos não se cansam de assegurar lugar de destaque para a educação em suas plataformas eleitorais e em seus discursos. Observamos esse fenômeno nas diferentes esferas quando os programas eleitorais estão na TV e nas rádios – tanto os candidatos ao cargo de vereador como aos cargos de prefeito, governador e presidente da República enfatizam a educação como prioridade nacional.

Pedro Goergen, ainda no prefácio, conduz o leitor à reflexão de que a história da modernidade está marcada pela ambiguidade entre os avanços da racionalidade científica e o atraso em termos de desenvolvimento humano e que, de alguma forma, esse modelo expresso na ciência e tecnologia acabou por impregnar a educação de forma instrumental que visa tornar o homem útil. Nesse contexto desponta a formação do professor como agente de formação ética e política de todos, seja ele mesmo ou seus alunos. Goergen, por fim, destaca a questão de que a escola precisa tornar-se fonte primeira de um novo projeto de uma sociedade mais justa e democrática e que “tem a responsabilidade de contribuir para a formação ético/política dos *futuros* cidadãos” (grifo nosso). Grifamos o termo *futuros* porque acreditamos que os alunos não são um *vir a ser* no que diz respeito ao exercício da cidadania, logo não *serão* cidadãos. Já o são, em plena atividade, exercício e direitos.

O primeiro capítulo, “Ética e autoridade em programas de formação de professores: diálogos com Paulo Freire”, de Gomercindo Ghiggi, divide-se em quatro tópicos. Inicialmente, o autor se propõe a instalar junto ao leitor uma reflexão sobre o diálogo a partir da ótica *freireana* e apresenta informações de uma pesquisa desenvolvida com turmas de graduandos de um Programa Especial de Formação em Serviço a partir da realidade do trabalho docente. Em seguida, a proposta do autor é realizar uma reflexão sobre a produção ética em Paulo Freire e o que o autor chama de uma

^(*)Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta e chefe do Departamento de Administração Educacional da Faculdade de Educação da UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Sistemas Educacionais (GESED) da Faculdade de Educação da UFRJ.

necessária superação de absolutismos e relativismos. Adicionalmente, destaca o tópico ética e autoridade a partir da prática da liberdade e formação de professores. E, por fim, retoma a tarefa da universidade na formação de educadores. O autor utilizou um questionário aberto como instrumento de coleta de dados após debates em torno dos temas autoridade política, autoridade ética, autoridade epistemológica e autoridade pedagógica. A proposta de reflexão que instigou o grupo foi a banalização da denominada *práxis Freireana*. Conforme a análise das reflexões trazidas pelo grupo, os entrevistados exercitam o diálogo como recurso para a construção do conhecimento, para facilitar a aprendizagem e para tornar a aula mais prazerosa. E, a partir do resgate da obra *Freireana*, o autor destaca a coragem de Paulo Freire ao falar em uma ética universal diante de uma realidade contemporânea que enfrentamos hoje de relativismos éticos e políticos causadores de instabilidades. Buscando dialogar com o autor, indagamos: será mesmo possível ou necessária uma ética universal? Não seria esse sentido de universalização questionável na medida em que o termo ética pode ser compreendido de forma distinta?

O texto também destaca a necessidade de articular uma nova humanidade que trabalhe com a razão, a intuição e a dimensão espiritual. Nesse sentido, nos coloca diante de um enorme desafio para a escola na contemporaneidade, que é a defesa pela laicidade do Estado e da escola pública como espaço onde todas as crenças se juntam àqueles que não têm crença alguma. Daí a necessidade de se problematizar e discutir a dimensão espiritual diante dos que nela acreditam, bem como de incluir os que simplesmente não acreditam em nenhuma dimensão espiritual ou transcendental. Ao levantar tais questões, não estamos advogando pelo relativismo ou por um vale tudo, mas, por um modelo inclusivo que contemple crentes, ateus e agnósticos.

Ainda inspirado nas obras de Paulo Freire, Ghiggi aponta a retomada da autoridade ética, associada a uma autoridade pedagógica, epistêmica e política para se pensar a formação de educadores. Ponto de extrema relevância ainda mais no atual momento em que o trabalho docente no Brasil enfrenta desafios cotidianos de greves, exonerações, desprestígio e baixa procura pelos jovens. Empoderar os docentes e, de alguma forma retomar as dimensões sugeridas, irão certamente corroborar para que o magistério possa se constituir em um modelo de profissão para os jovens.

No segundo capítulo, “As Dimensões Ética e Política na Formação Docente”, Valdemar Guzzo propõe uma reflexão sobre a compreensão das relações possíveis entre ética, política e educação a partir da conceituação de ética como normativa de princípios sociais. O autor destaca que, a partir da LDB, Lei 9.394/96, uma das tarefas chave da educação básica passou a ser alcançar a cidadania.

Após a promulgação da Lei 9.394/96 e da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a discussão acerca dos termos ética e cidadania tornou-se mais sistematizada, uma vez que esses documentos apontam a ética e a cidadania como elementos chave para a educação no país. Podemos perceber a relevância que os PCN apontam em relação ao termo cidadania, buscando adesão dos leitores, principalmente escolas e professores, aos princípios defendidos, sua utilidade e metas de qualidade para a formação do aluno-cidadão. A cidadania tem importância crucial na estruturação da proposta pedagógica dos PCN. Segundo os autores, “Compreensões diversas do conceito de cidadania são encontradas em contextos e situações diferentes. Seu sentido mais pleno aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto”. (p. 54).

O autor, em pertinente comentário, afirma que para exercer a cidadania há o pressuposto de dar aos indivíduos a possibilidade de participar das diferentes esferas da vida pública. Logo, a educação, a saúde, a cultura e o lazer tornam-se elementos fundamentais para o pleno exercício da cidadania da população. Guzzo aponta que a escola surge como grande idealizadora da tarefa de transformação dos ideais sociais, mas, não podemos deixar de refletir que a escola, sozinha, não muda o mundo e que ela, como parte integrante da sociedade, é afetada por esta e acaba por reproduzir valores postos em prática pelos homens, não estando isenta ou blindada de interferências de toda sorte.

Vale ainda comentar que, como afirmado pelo autor, é fundamental perceber o professor como mediador entre a experiência do aluno e uma atividade crítica cultural mais ampla. No entanto, o acesso do professor aos bens culturais demanda tempo, investimento, algo muito afastado da realidade do professor da rede básica de educação pública hoje, massacrado pelos baixos salários, pela extenuante jornada de trabalho muitas vezes em várias escolas.

O autor define ética como reflexão sobre o ato moral que não pode estar desvinculada da fundamentação cultural que nos encaminha para reconstruir e reorganizar conceitos e, ainda, não pode ser tomada no plano da moral individual em que regras particulares se sobrepõem ao ambiente coletivo. Nesse sentido, ponderamos: já que cultura é uma prática construída pelos homens em determinados contextos, também a ética está submetida ao tempo, aos acordos firmados no tempo e no plano físico e real, não transcendente. Logo, os valores, assim como a cultura, mudam com o tempo e com os novos acordos legitimados pelos grupos.

No capítulo três, “Formação de Professores, Ética, Solidariedade e Cidadania: Em Busca da Humanidade do Humano”, a autora Cleoni Maria Barboza Fernandes inicia a discussão a partir dos desafios e possibilidades de vivenciar valores como ética e solidariedade que poderão recolocar a

educação e a reinvenção da cidadania que, segundo a autora, estão situadas em um mundo de perplexidades e de descartabilidade da vida, seja individual ou coletiva.

A autora destaca, também se utilizando do suporte *freireano*, que refletir sobre educação e cidadania exige uma aprendizagem contínua de educação da sensibilidade para trabalhar com valores humanamente universais da dignidade da pessoa humana. Certamente ninguém deseja viver abaixo da linha da pobreza, no entanto, observamos que é preciso ter cuidado aos elencarmos determinados valores como universais. Uma vida digna pode ser vivida em diferentes contextos a partir de diferentes experiências e do que cada sujeito ou grupo reconheça como necessário, participativo ou fundamental à vida plena.

Cleoni Maria Fernandes faz intensivo uso de metáforas ao longo do texto em que busca dialogar a partir do lugar que ocupa: professora formadora de professores. Afirma que compartilha das ideias de Freire sobre o processo de desumanização da sociedade e que o Brasil, em especial a partir da década de 1990, vivenciou uma inundação de reformas que responderam às demandas internacionais de um mercado insaciável por reformas econômicas fiscais, tributárias e educacionais em um processo de acelerada privatização do Estado.

A autora destaca que, a partir desse cenário, no âmbito pedagógico, a prática fica reduzida à execução de tarefas, à mera instrumentalização e passa a ser vista como uma experiência reducionista, cabendo a necessidade de uma visão de prática pedagógica em uma perspectiva de qualidade social e, para tanto, exige uma qualidade de formação dos professores em uma dimensão antropológica que se encontra interpenetrada pelas dimensões política, epistemológica e ética. Cleoni Fernandes faz importante alerta no que diz respeito ao ensino superior e ao fato de que as práticas e a docência na formação pedagógica de professores não se constituem muitas vezes no núcleo de formação inicial de professores formadores de professores.

Destacamos, nesse contexto, que muitos professores formadores de professores não se veem como tal e que, ainda, em muitos currículos de licenciaturas há pouca ou verdadeiramente não há articulação entre os centros responsáveis pela formação de professores. A formação que em tese deveria ser compartilhada entre os professores da formação pedagógica e os professores dos conteúdos disciplinares acaba, em muitas instituições, apartada e acontecendo isoladamente. Sendo, ainda, a formação pedagógica desprestigiada bem como os professores que nela atuam. A autora faz importante análise quando afirma que a prática pedagógica é também uma prática social e decorre daí a necessidade de fomentar o diálogo entre a formação específica e a formação pedagógica como condição para o exercício da docência.

No capítulo quatro, “Ética e Responsabilidade Social no Ensino Superior”, Francisca Eleodora Santos Severino, organizadora do livro, abre seu texto indagando: qual medida vai balizar a virtude num mundo tão controverso como o atual? E, ainda, o que ensinar aos jovens se os homens perderam os parâmetros éticos e sua vida torna-se liminar e arriscada? A discussão da perda ou do resgate de valores perdidos já circula no campo da educação e tem, na proposta de inclusão da ética como disciplina curricular na educação básica, a sua bandeira.

A autora questiona onde estão os consensos morais, os costumes e normas aceitas e legitimadas pela maioria. Acreditamos que estão postos, no dia a dia, nas negociações, nas articulações, no jogo de poder, na vida. Afinal, os acordos existem e ninguém menos do que nós os estamos legitimando a cada dia. Ninguém vive por nós. A questão é que nem sempre esses acordos agradam a todos ou são necessariamente justos e compartilhados por todos.

A autora, também utilizando Paulo Freire como referencial, argumenta pela busca de preceitos éticos que balizem as relações sociais no que se poderia identificar como um dos universais atemporais que perfilam o humano. E, ainda, que a reflexão ética leve a humanidade por caminhos de encontro com a liberdade. Nesse sentido, argumenta, a liberdade se destaca dentre as exigências éticas. Cabe perguntar, porém: Será que a liberdade, assim como a cidadania, a participação na sociedade, a justiça, a felicidade, são valores compartilhados pela humanidade? Há consenso sobre isso? Mesmo entre aqueles que partilham dos mesmos bens, das mesmas condições sócio-econômico-culturais, será que mesmo entre eles há consenso sobre o que é felicidade, por exemplo? Esperamos, com tais questões, chamar a atenção para o fato de que os consensos podem ser desejáveis, mas nem sempre são fáceis de serem celebrados.

O capítulo cinco, “Educação Para a Responsabilidade Social: Pontos de Partida para uma Nova Ética”, de autoria de Pedro Goergen, alerta para preocupações éticas de dimensões talvez nunca antes registradas nos mais diferentes domínios do conhecimento humano como as questões relacionadas à pesquisa com células tronco embrionárias, a interrupção ou o prolongamento da vida. Para o autor, há uma certa desesperança e desânimo com relação ao futuro ético da nossa sociedade porque o prato pende, pelo menos por hora, para o lado do narcisismo individualista e hedonista em prejuízo da *transcendência* (grifo nosso), da socialidade, da solidariedade.

No início do texto o autor apresenta importante discussão ao afirmar que aquilo que torna o ser humano verdadeiramente humano, isto é plenamente humano, não é o fato de nascer filho de humanos, mas a construção de sua identidade. Logo, o homem tem memória porque nasce no interior de uma cultura à qual se integra tornando-se ele mesmo um ser cultural. Nesse contexto, continua, as crianças e os jovens aprendem através das diversas instituições como a família e a

escola aquilo que a sociedade considera necessário para a sua sobrevivência. E, de certo, o que é considerado necessário, adequado, acordado em um determinado momento histórico.

Em um cenário de conflitos e contradições expostos por Goergen, no campo da ética esse cenário se revela particularmente desafiador e torna-se intrigante a questão de como, no interior de uma mesma sociedade, é possível tanta ambiguidade. De certa forma o autor responde a esse questionamento em seguida ao afirmar que a sociedade se compõe de camadas ou classes heterogêneas cujos projetos e expectativas sociais e éticas são distintos e conflitantes. Em vista disso, reiteramos que o uso e o usufruto que cada indivíduo irá fazer ou se apropriar da cidadania, da participação, da felicidade é distinto dos demais e não necessariamente justo ou compartilhado por todas as pessoas.

O autor afirma que o código ético continuará sempre ambivalente, sem condição de harmonizar-se definitivamente. Nesse sentido, precisamos aceitar a ideia de que o homem e a sociedade são sempre imperfeitos, cheios de ambiguidades e de contradições e que as decisões morais sempre dependerão da autonomia do sujeito que, em última instância, deve decidir segundo sua consciência em circunstâncias concretas. Logo, as escolhas, os acordos, não são feitos em circunstâncias etéreas, transcendentais. Conforme exposto por Goergen, os costumes e os valores, as formas de agir e pensar já estão aí quando chegamos ao mundo e vamos nos adaptando desde o primeiro momento de nossas vidas. Nossa identidade é engendrada a partir da cultura na qual nascemos e, tornar-se um sujeito ético é um processo necessariamente individual e social em decorrência da condição humana de ser cultural.

O autor aponta para uma nova ética permissiva e hedonista em que o esforço, a disciplina, a austeridade são dissolvidas e desvalorizadas em proveito do culto ao prazer, ao imediato, ao aqui e agora. Nesse sentido, declinam os ideais e valores públicos e prosperam os interesses individuais em um sistema cuja lógica interna é de relativizar tudo em uma sociedade do espetáculo que forma um novo *ethos*. O autor afirma não defender um retorno ao passado, à modernidade e seus modelos conforme foram concebidos em seu início, mas argumenta que não é legítimo perder de vista a evolução dialética e contraditória da história. Propõe, então, um homem consciente que busque novos horizontes e novos caminhos que lhe facultem o que a promessa anterior não pode cumprir e, essa nova consciência devolva ao ser humano a dimensão perdida do social e do político. Problematicando essas considerações, perguntamos: Será que resgatar o que supostamente perdemos irá resolver todos os dilemas postos nesse novo século? Os valores que compartilhamos no passado, considerados adequados pelo autor, já que demanda pela recuperação deles, iriam dar conta da dinâmica da sociedade do século XXI?

Por fim, o sexto e último capítulo do livro, de autoria de Antonio Joaquim Severino, intitula-se “Formação e Atuação dos Professores: dos seus Fundamentos Éticos”. Conforme o autor, o fundamento de toda eticidade encontra-se na exigência de não se ferir a dignidade pessoal dos outros sujeitos quando interpelados pela minha ação. Nesse sentido, destaca Severino, a mediação pedagógica não se desenvolve por imitação, osmose ou transversalidade. E, sob essa perspectiva o autor discute o ensino da ética na escola e reafirma, como outros autores do livro, que a interação docente é mediação universal e insubstituível da formação humana.

O autor destaca que os fenômenos de natureza política e educacional não se determinam por pura mecanicidade e se dão num fluxo de construtividade histórica e, ainda, que o agir humano implica, além de sua referência cognoscitiva, uma referência valorativa. Severino aponta que os usos, os costumes, as práticas, comportamentos e atitudes configuram o agir dos homens nas mais diferentes culturas e sociedades e constituem a moral. Constata, ainda, que é em função desses valores que as várias culturas, nos vários momentos históricos, vão constituindo seus códigos morais de ação, impondo aos seus integrantes um modo de agir que esteja de acordo com essas normas. Mas, questiona: de onde vem o valor dos valores e onde se funda a consciência moral? Para Severino, os valores éticos fundam-se no valor da existência humana. Para tanto, continua, é necessário ir além das justificativas imediatistas e particularistas das morais empíricas de cada grupo social pois a ética coloca-se numa perspectiva de universalidade enquanto a moral fica sempre presa à particularidade dos grupos e mesmo dos indivíduos. Moral refere-se, portanto, à relação das ações com os valores que a fundam e a ética refere-se a essa relação, mas sempre precedida de um investimento elucidativo dos fundamentos, das justificativas desses valores, independentemente de sua aprovação ou não por qualquer grupo. Sem dúvida, essas definições são controversas, pois não há consenso sobre como definir ética e moral nem tampouco sobre se há ou não necessidade de distingui-las, mas de todo modo estimulam a reflexão e a crítica.

Severino conclui seu capítulo com uma importante discussão: teria a ética um conteúdo disciplinar, como todas as demais disciplinas, que pudesse ser repassado aos aprendizes, num contexto de ensino formal? E responde afirmando que, como se trata mais de uma postura, de uma atitude do que um conteúdo, tendo mais a ver com o sentir do que com o saber, a intervenção pedagógica da ética deveria distribuir-se capilarmente por todas as disciplinas.

Diante do exposto, acreditamos que a leitura do livro em questão irá possibilitar uma série de discussões e reflexões sobre a ética, a educação, a formação de professores e as disciplinas escolares. Recomendamos sua leitura e seu debate nos cursos de formação de professores em suas diversas disciplinas que problematizam os desafios do trabalho docente na contemporaneidade.

Acreditamos que, apesar de consideramos o conceito de moral impreciso, há, hoje, claramente, uma tentativa de resgate de valores supostamente perdidos pela sociedade e uma busca da regeneração moral da sociedade brasileira. Nesse sentido, essa é uma discussão presente no imaginário social, nas escolas e muito pertinente na formação de professores.

*Recebido em março de 2011
Aprovado em agosto de 2011*